

INTRODUÇÃO

A partir de meados do século passado até sua penúltima década, os países desenvolvidos combinaram e engendraram fórmulas cartesianas que possibilitaram a hegemonia desenvolvimentista de alguns poucos que, mesmo sob os protestos de uma maioria pobre, ainda condicionam e impõem a adoção de modelos de desenvolvimento calcados em fórmulas matemáticas que condicionam toda e qualquer tentativa de desenvolvimento econômico daqueles que estão a reboque de seus sistemas econômicos. Para estes, ditos desenvolvidos, os princípios da economicidade e da produtividade, norteiam a aplicação do capital financeiro.

A aplicação desses princípios, voltada para a grande produção, alija do mercado global, a maioria dos países pobres ou em vias de desenvolvimento, provocando a exclusão social e um processo migratório que contribuem para o agravamento de problemas sociais.

Tolhidos na capacidade de promover seu desenvolvimento econômico, os países pobres buscam através das *tradings* uma alternativa para a formação de uma poupança externa que lhes dê suporte para a implementação de políticas públicas geradoras de emprego e renda para suas populações, a partir de duas vertentes principais.

Uma primeira, voltada para o incremento da produção industrial, pautada na utilização de sofisticadas tecnologias que requer mão-de-obra com considerável índice de qualificação que garanta a competitividade internacional e que possibilite ao país, uma crescente capacidade exportar. Vale ressaltar que a operacionalização desse primeiro viés produtivo, concentra-se nas grandes cidades, onde existe uma infra-estrutura logística, capaz de reduzir o custo de frete e de distribuição dos produtos.

Uma segunda vertente produtiva, concentra-se no setor agro-pastoril, cuja demanda de recursos naturais, contempla apenas grandes conglomerados financeiros com capacidade de suporte que lhes possibilita migrarem para outras regiões e até países, que lhes garantam maior rentabilidade para seus investimentos. Destaque-se ainda que a grande produção

agrícola trabalha com um baixíssimo índice de ocupação de mão-de-obra, tendo em vista a alta mecanização empregada na produção – plantação e colheita.

Dessa dual possibilidade de produção, conclui-se que dois aspectos, potencialmente negativos, contribuem para o agravamento do processo migratório.

Primeiro, o homem urbano das pequenas cidades, limitado pela exígua capacidade que estas possuem de absorverem o potencial excedente de mão-de-obra, busca de todas as maneiras, a possibilidade de um engajamento produtivo, através, principalmente, da prestação de serviços com ou sem vínculo empregatício e com baixa remuneração. Estes fatos lhe provocam instabilidade emocional e incerteza quanto à percepção de uma renda mínima que lhe garanta um mínimo de condições para uma vivência digna.

Dadas às limitações administrativas impostas pela legislação pertinente à administração do setor público, maior empregador, este não consegue absorver todo o potencial excedente de mão-de-obra existente no local, aumentando a cada ano, o número de excluídos do sistema produtivo.

Segundo, os parques industriais instalados nas médias e grandes cidades brasileiras, sinalizam com a possibilidade de empregar um grande número de pessoas. Criam uma expectativa de renda, provocando um fluxo migratório de pessoas desocupadas e em idade produtiva, tanto do meio rural como das pequenas cidades. A utilização de máquinas e de pessoas qualificadas frustra a perspectiva dos migrantes. Estes, egressos de locais que não lhes oferecem condições dignas de sobrevivência, passam a compor o cinturão de miséria que se alastra nas cercanias das médias e grandes cidades, gerando por conseguinte, demandas e conflitos sociais nem sempre fáceis de serem atendidas e resolvidos pelas políticas públicas.

As limitações apresentadas nos três parágrafos anteriores frustram as tentativas de inclusão social do homem como agente de desenvolvimento, no espaço geográfico no qual está inserido.

Na primeira vertente, onde fica caracterizado o desenvolvimento endógeno em consonância com as potencialidades locais, a indução do consumo globalizado, protagonizado pelos veículos de comunicação, retira do homem a capacidade de reação frente aos fatores

alienantes que o submete à inércia produtiva. Sem ocupação e sem renda que lhe garanta a subsistência no local, motiva-o a procurar meios para a sobrevivência em qualquer outro espaço geográfico que lhe garanta um mínimo de condições para o atendimento de suas necessidades básicas. Nessa busca, ele flutua até encontrar outros tantos que como ele, vislumbram na cidade grande, a possibilidade de contemporizar seus desejos e necessidades com a realidade existente.

O problema da exclusão social, desde o início da década de 90 do século passado, deixou de ser um problema pontual e isolado para se tornar nacional e gerar inúmeras dificuldades no planejamento de políticas macroeconômicas do governo central, com exacerbação regional, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do País, onde se concentram as maiores carências. Porém, essa exclusão é sentida com maior amplitude no seio das pequenas localidades onde nascem os pequenos problemas e que, em função da migração, tornam-se grandes e com maior relevância social e política.

Ademais, além dos problemas causados pela exclusão social, a degradação ambiental provocada pelo crescimento populacional urbano, tem desencadeado uma série de impactos ambientais negativos nos núcleos urbanos em função da falta de educação ambiental dos cidadãos ou pela inobservância do que determina a nossa Carta Constitucional e Leis posteriores que disciplinam a Política Nacional do Meio Ambiente.

Essa degradação vem ao longo das três últimas décadas, provocando situações preocupantes que enseja uma corrida acelerada dos agentes públicos em busca de soluções emergenciais que nem sempre estancam o processo de degradação nem encontram meios racionais para conservar e preservar os recursos naturais existentes no núcleo urbano.

A velocidade da degradação ambiental nas últimas três décadas, tem gerado um quadro preocupante, pois evidencia o esgotamento das potencialidades do meio ambiente, significando um grande sinal vermelho na sede de consumo da humanidade que de fato, explora os recursos naturais sem a preocupação com a sua conservação e preservação (MATOS, 2001, p.111).

A partir, portanto, da visão que se tem sobre os problemas e dificuldades que postergam as ações que visem o desenvolvimento sustentável do local, busca-se através da presente pesquisa, oferecer alternativas de desenvolvimento para a cidade de São Pedro do Piauí, que está localizada entre as coordenadas geográficas 05° 54' 42" e 05° 55' 15" de

latitude sul e 42° 51' 13" e 42° 51'43" de longitude oeste de Greenwich, centradas na compatibilização dos meios e recursos disponíveis com as demandas sociais constatadas através da pesquisa realizada no seu espaço urbano e fundamentadas nas considerações constantes do presente trabalho, onde se descreve a problematização e se identifica as potencialidades sócioambientais existentes na cidade de São Pedro do Piauí, sendo importante observar que não se deve propor qualquer ação que enseje mudança no contexto socioeconômico e cultural do local que se pretende adequar a uma nova realidade, sem que antes se conheça a realidade existente.

Para a elaboração de um planejamento participativo, implica obrigatoriamente que se conheça o lugar, sua gente e suas interações com o mundo no qual estão inseridos.

Essa realidade existente, foco portanto do que se pretende modificar, tem suas nuances próprias, seus problemas, suas aspirações e até suas próprias propostas de solução, mesmo que inconcebíveis frente às realidades.

Compreender a situação, é básico para a implementação de mudanças efetivas. Incorporar as informações situacionais no conjunto de idéias que visam modificar o *status quo* de um aglomerado urbano é, num primeiro momento, admitir que a realidade desejada está intrinsecamente ligada à realidade existente. Esta concepção reforça os elos sociais e humanos que podem dar sustentação às bases comunitárias necessárias à operacionalidade de qualquer plano modificador da estrutura socioeconômica e cultural existente.

No espaço urbano em estudo, a cidade de São Pedro do Piauí, como todo e qualquer lugar onde haja um aglomerado urbano, uma diversidade social, econômica e cultural, deverão ser levadas em conta na formulação de propostas que visem o seu desenvolvimento e sua sustentabilidade.

Conforme explicita Gandin: a proposta de ação, quando científica e tecnicamente engendradora, produz ações, atitudes e normas que, satisfazendo às necessidades, transformam a prática (a realidade específica), tornando-a mais próxima do ideal..., (2001, p. 47).

Conhecer essa diversidade, os problemas e as esperanças dessa comunidade, significa compreender a situação, para em seguida, estabelecer os rumos (GANDIN, op. cit.).

A partir portanto, da realização da pesquisa, e com base na análise dos dados coletados, justifica-se as propostas de ações que visarão o desenvolvimento da cidade-alvo.

Uma das premissas básicas para a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, é a identificação e quantificação das potencialidades econômicas passíveis de exploração e existentes dentro do espaço geográfico que se pretende desenvolver.

Identificar essas potencialidades deve ter como ponto de partida, a identificação dos conhecimentos, das experiências empíricas, os saberes dos agentes sociais interagentes do espaço urbano estudado. É importante considerar a cultura local no levantamento das possibilidades produtivas, a fim de que se possa viabilizar a introdução de novas tecnologias no processo de desenvolvimento, sem desprezo do que se contextualiza como parte integrante da cultura local.

Elencar essas potencialidades, implica na adoção de um conjunto de racionalidades, sem o qual, poderá ser comprometida a integração dos fatores produtivos com perdas relevantes para o planejamento das ações locais a partir dos conceitos formulados por Leff (2001, p.133/34)

Dentre as racionalidades necessárias para o desenvolvimento sustentável defendidas por Leff (op.cit.)destacam-se:

Racionalidade econômica – Implica em considerar que o valor da produção contemple a contabilização de todos os valores agregados ao produto de forma que seja possível remunerar, de modo justo e equânime, os fatores de produção componentes do processo produtivo.

Racionalidade ambiental – Implica na utilização racional e equilibrada dos recursos naturais de modo que produza um mínimo de impacto negativo ao meio ambiente e a sua conservação. Essa racionalidade exige a priori, uma sensibilização, uma conscientização da capacidade finita de exploração dos recursos naturais existentes no local.

Racionalidade social – Implica em promover o máximo de envolvimento dos agentes sociais na consecução das metas estabelecidas para a implementação do desenvolvimento local. A dimensão dessa racionalidade perpassa pela mobilização e pelo desenvolvimento comunitário com vistas ao empoderamento social.

Racionalidade ética – Implica numa busca constante pelo equilíbrio sócio-ecológico, onde não haja violação dos princípios da sustentabilidade e sem o desprezo das obrigações que têm os cidadãos de primar, colaborar e de desenvolver mecanismos técnicos, instrumentais, educativos, administrativos e sociais que vislumbrem a manutenção desse equilíbrio.

Espera-se que com o resultado da pesquisa, possa-se avaliar o grau de conscientização da população da cidade, com relação aos problemas ambientais com os quais está envolvida. A partir dessa avaliação, fundamentar-se-á uma proposta que possa contribuir com o desenvolvimento da consciência ambiental dessa população, através da sugestão de implantação de um plano de educação ambiental em consonância com o que dispõe a Lei Federal nº 10.172/2001 que aprovou o Plano Nacional de Educação onde considera a Educação Ambiental como tema transversal e que será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

Além disso, serão sugeridos encontros e palestras educativas visando difundir os meios, as técnicas e os instrumentos necessários ao desenvolvimento de uma consciência ambiental dos residentes no local.

O planejamento de ações governamentais nas pequenas cidades, ainda é elaborado de forma verticalizada, onde se faz evidente a forte presença de idéias burocráticas, muito mais para atender às exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, nº 4320/1964 em detrimento das demandas da população.

Identificar os anseios e as potencialidades produtivas da população de São Pedro do Piauí, residentes no espaço urbano, é um dos objetivos da presente trabalho.

Tendo como base para análise, os dados colhidos na pesquisa, espera-se oferecer àquela população, um elenco de sugestões que permitam combinar as diversas vertentes produtivas, passíveis de utilização.

Uma análise consubstanciada nos números da pesquisa, segundo o entendimento do autor, poderá contribuir para a definição de estratégias de ações pelos agentes públicos e com a efetiva participação comunitária.

Em qualquer lugar onde viva e interaja um determinado número de pessoas, os desejos, as vontades e os sonhos, a elas são peculiares. Faz parte da própria convivência humana. Quando esse aglomerado humano está geográfica e politicamente organizado no espaço territorial, nascem daí, as demandas individuais e coletivas, fruto do agir e do pensar humano.

A busca constante por alternativas que lhes proporcione dignidade, cidadania, faz dessas populações, concentradas nas pequenas cidades brasileiras, o alvo das políticas públicas que nem sempre vão ao encontro dos anseios populares.

As ações de governos que visam dotar as pequenas comunidades de instrumentos e possibilidades capazes de fomentar um desenvolvimento integrado, quase sempre são orientadas por um sistema de planejamento verticalizado, quando existe. Desse modo, fica excluída a oportunidade de se fazer um planejamento das ações de governo através da participações de todos os segmentos sociais da comunidade.

Na prática, as soluções advindas desse tipo de planejamento centralizado, têm contribuído para o agravamento de problemas sociais, econômicos e ambientais, haja vista a exclusão da sociedade, inclusive na definição dos meios necessários para a construção de seu próprio destino.

Construir esse destino em bases sustentáveis, implica em admitir processos de mudanças sócio-políticas, sócioeconômicas e institucionais que visem assegurar a satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente como no futuro, promovendo oportunidades de bem-estar econômico, que além do mais, sejam compatíveis com as circunstâncias ecológicas de longo prazo.

Defender a incorporação da sustentabilidade no processo de desenvolvimento, implica na realização de esforços na construção de um desenvolvimento sustentável, onde os sistemas de produção dependem da racionalidade de seus agentes produtivos, na procura de alcançar a melhoria qualitativa dos indicadores econômicos, sem um crescimento quantitativo em certa escala e que não supere a capacidade de suporte das unidades ambientais.

Incorporar a premissa da interdisciplinaridade no conjunto de ações a serem desenvolvidas pelo homem, como agente transformador do ambiente, porém em estreita conexão com as potencialidades naturais do local, levando em conta as necessidades daqueles

em relação aos limites destas, é, sem dúvida, transitar pelos caminhos de uma nova racionalidade, de um novo paradigma.

Oferecer à comunidade sampedrense um modelo de gestão na dimensão urbana, centrada na interdisciplinaridade e que contemple a possibilidade de promover o desenvolvimento local, integrado e sustentável, é o objetivo maior do presente trabalho.

Após essas considerações iniciais, define-se como objetivos específicos:

- Levantamento socioeconômico e cultural no espaço urbano;
- Diagnóstico das potencialidades e limitações sócio-ambientais;
- Identificar perspectivas de desenvolvimento local;
- Elaborar propostas alternativas para o desenvolvimento local

No Capítulo I – Considerações Iniciais, ressalta-se a problemática socioeconômica e ambiental, onde se contextualiza os diversos problemas que dificultam o desenvolvimento local de São Pedro do Piauí.

No Capítulo II – Fundamentação Teórica, busca-se o apoio na bibliografia que trata da trajetória do homem em relação ao meio ambiente, suas ações e conseqüências, os limites da racionalidade econômica, a degradação e a sustentabilidade ambiental, como marcos reorientadores do processo civilizatório da humanidade.

No Capítulo III – Fundamentação Metodológica, descreve-se o processo de planejamento da pesquisa, desde a elaboração do formulário de pesquisa, até a coleta e o tratamento dos dados pesquisados.

No Capítulo IV - Levantamento Socioeconômico e Cultural no Espaço Urbano, analisa-se alguns aspectos considerados na formação de um contexto urbano, onde uma cadeia de fatores endógenos, atuam de forma determinante na formulação de uma proposta de desenvolvimento local sustentável na cidade de São Pedro do Piauí.

No Capítulo V – Potencialidades e Limitações Sócioambientais, onde a idéia de que é possível construir um processo de desenvolvimento local sustentável, assume preponderância indispensável, a partir do levantamento das potencialidades e limitações existentes e, como

seqüência, aproveitar as primeiras através de uma exploração racional e mitigar as segundas através de um programa de treinamento, capacitação e educação ambiental.

No Capítulo VI – Perspectivas de Desenvolvimento Local, enfoca-se de modo direto e sintético as diversas potencialidades passíveis de utilização no fomento do desenvolvimento local sustentável.

Por último, no Capítulo VII – Considerações Finais, recomenda-se um elenco de providências estratégicas, através das quais, acredita-se ser possível sensibilizar e conscientizar os diversos segmentos sociais sobre a necessidade de se implementar um plano de desenvolvimento para a cidade, com base em um cronograma de execução de sugestões voltadas para esse fim.